

Problemas públicos e interesses privados? Compreendendo as condicionantes que promoveram a inserção das cisternas de polietileno no Programa Água Para Todos

Estêvão Lima Arrais¹

Resumo: O presente artigo busca investigar quais condicionantes promoveram a inserção das cisternas de polietileno no Programa Água para Todos. Para isso, se utilizando de metodologia documental, a pesquisa coletou em documentos governamentais e em jornais, informações relativas ao tema. Os resultados apontam para um quadro de grupos de interesses que, mesmo sendo contrários ao discurso de sustentabilidade e desenvolvimento endógeno, se institucionalizam pelo discurso governamental de obtenção de metas quantitativas, mesmo colocando a saúde de seus usuários em risco. A proposta, além de consolidada, retoma ao paradigma de 'combate à seca', distanciando-se da proposta do desenvolvimento regional e convivência com o semiárido.

Palavras-Chave: Políticas Públicas. Programa Água para Todos. Desenvolvimento Endógeno. Cisternas de Polietileno.

Public problems and private interests? Understanding the conditioners who promoted the insertion of polyethylene tanks in the Water for All Program

Abstract: The present article investigates to investigate which conditioners promoted the insertion of the cisterns of polyethylene in the Program Water for All. For that, if using documentary methodology, the research collected in governmental documents and in newspapers, news related to the said topic. The results point to a group of interest groups that, even if they are contrary to the discourse of sustainability and endogenous development, are institutionalized by the governmental discourse of obtaining quantitative targets, even putting the health of its users at risk. The proposal, in addition to being consolidated, resumes the paradigm of 'combating drought', distancing itself from the proposal of regional development and coexistence with the semi-arid.

Keywords: Public Policies. Water for All Program. Endogenous Development. Polyethylene tanks.

1. INTRODUÇÃO

Nas nações latinas, o conceito de política possui uma diversidade de significados. Já nos países anglo-saxônicos, há uma clara distinção entre os termos *politics* e *policies*. Enquanto o

¹ Mestrando em Avaliação de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Graduado em Administração Pública pela Universidade Federal do Cariri (UFCA). E-mail: estevaolarrais@gmail.com.

primeiro é atribuído à dinâmica dos grupos políticos eleitos quanto ao debate e poder de deliberar sobre determinadas temáticas das mais diversas naturezas; *policies* se baseia na concretização destas deliberações no formato de projetos e programas, tornando-se possível a realização de planejamento, implementação e avaliação. Logo, *policies* se torna sinônimo do conceito de política pública, que para além de ser uma concretização de uma deliberação política, busca sanar problemas públicos (SECCHI, 2013).

E o que define um problema público? Em termos conceituais, não há apenas uma definição, mas pode ser entendido como uma condição subjetiva dos agentes da sociedade em interpretar um problema como sendo de natureza coletiva – independente se o mesmo tenha se originado no ambiente privado -, deste modo, afeta qualitativamente ou quantitativamente membros da população. Estes, estando afetados, compreendem que cabe ao Estado ter anuência dos problemas públicos, bem como capacidade para solucioná-los (SECCHI, 2013).

Em termos contextuais, um problema público recorrente no Nordeste Brasileiro é a seca: um fenômeno baseado na irregularidade e imprevisibilidade espacial de chuvas. Historicamente, a temática foi inserida na agenda pública e, deste modo, entendida como um problema público ainda no Brasil Império. Data de 1833 o início da abertura de fontes artesanais e, um ano depois, as construções dos primeiros açudes, poços perfurados e cacimbas. Já em 1856, a Comissão Nacional do Inquérito inicia os trabalhos na possibilidade de se criar um canal que transporte águas do Rio São Francisco para as regiões mais secas do Nordeste (KHAN et al, 2005).

Adentrando o Século XXI, destaca-se no ano de 2007 o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Dentre os vários eixos, o programa é marcado por um conjunto de obras hídricas, como a Transposição do Rio São Francisco (151 anos após o seu primeiro estudo) e o Cinturão das Águas do Ceará. Neste contexto, de grandes obras estruturantes, surge o Programa Água para Todos, instituído pelo Decreto nº 7.535, de 26 de julho de 2011, buscando reunir ações preventivas e corretivas que permitam uma melhor convivência com as consequências da seca. Este programa será objeto de análise da presente pesquisa.

Sob abrangência nacional, o Programa Água para Todos deu início no semiárido da Região Nordeste e no norte de Minas Gerais, priorizando áreas onde se concentravam um elevado número de famílias sob vulnerabilidade social. Dentre suas metas, destacam-se: 750 mil cisternas, de 2011 a 2014, das quais 450.000 sejam cisternas de placas e 300.000 cisternas de polietileno (BRASIL, 2011). Em 2015, a política já havia investido R\$ 6,1 bilhões, atendido 1,2 mil cidades e beneficiado mais de 5 milhões de brasileiros, além de ter superado suas

próprias metas: ao final de novembro de 2014, o programa já havia instalado 771.344 cisternas: 21.344 acima do valor estabelecido (BRASIL, 2015). Entretanto, enquanto que a cisterna de placa é produzida e instalada pela população local; a cisterna de polietileno – produzida em indústrias multinacionais e instalada por terceiros - provoca discussões técnicas e acadêmicas sobre sua real efetivação, adaptação ao Semiárido Nordeste e a quais interesses busca atender.

Nesse sentido, este artigo pretende analisar as possíveis condicionantes que promoveram a inserção das cisternas de polietileno no Programa Água para Todos. Para tanto, a pesquisa se utiliza de método documental (GIL, 2016) buscando uma melhor compreensão das diretrizes e do discurso do Programa Água para Todos, além de possíveis aspectos quanto à sua causalidade enquanto política pública. As informações foram coletadas em documentos governamentais e notícias sobre a referida temática.

Como objetivo específico, busca-se compreender as particularidades entre as cisternas de placa e polietileno; compreender o planejamento e execução da política Programa Água para Todos; e mapear possíveis grupos interessados no processo de inserção das cisternas de polietileno.

A próxima seção visa elucidar algumas características do modelo de planejamento governamental brasileiro e sua relação (e entendimento) com a temática da seca.

2. SECA E INTERVENCIONISMO: A EXPERIÊNCIA ESTATAL DIANTE DOS DESAFIOS DA SECA NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

Como já mencionado, toda política pública é oriunda de decisão política. Entretanto, como a elaboração da política é de natureza não linear, complexa, e cercada por diferentes graus de imprevisibilidade, estando essa oscilando entre as capacidades técnicas, políticas e organizacionais do gestor público (WU et al, 2014); os seus reais interesses e objetivos muitas vezes se encontram camuflados por meio de pretextos técnicos e burocráticos. Logo, a depender das visões (e interesses) do gestor público, o Estado pode caminhar para um viés mais dissimulado ou democrático; bem como optar por variáveis em detrimento de outras (econômica sobre a social, cultural, ambiental, por exemplo) (BACELAR, 2003).

Caminhando para a discussão da seca e do comportamento das políticas públicas sobre a temática em questão, Campos (2014) aponta que até 1848 o Estado é apático e não promove qualquer ação para socorrer as vítimas da seca. Para o governo central, a culpa da seca se dava pelo ócio da população, porém, o que se observava, de fato, era o elevado crescimento das

idades concomitante a falta de infraestrutura e açudagem de forma atender as demandas mínimas necessárias.

Apenas após uma gigantesca tragédia, também conhecida como a “Seca dos três setes” (1877,1878 e 1879), é que o Estado reconhece, pela primeira vez, o fenômeno da seca como problema público. Na ocasião, aproximadamente 500.000 pessoas morreram de fome ou doença - consequência da falta de investimento e estrutura supracitado anteriormente (CAMPOS, 2014).

Tempos depois, agora na República, cria-se a Inspetoria de Obras Contra a Seca (IOCS), em 1909. Neste momento, apesar de seu primeiro gestor público, Arrojado Lisboa (1913), ter a visão e sensibilidade de compreender que não se trata de ‘uma seca, mais de várias secas’, e que a vulnerabilidade da região está acoplada a outros fatores estruturais, a organização fixou-se apenas na política de construção de açudes com o objetivo central de controlar a baixa confiança das águas pelos rios intermitentes (CAMPOS 2014).

Com a seca de 1958, se estabeleceu um ambiente de dúvida e revisão sobre os métodos de intervenção estatal. Data deste período a criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) (1952) e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) (1959), entidade financiadora e planejadora de políticas públicas na região, respectivamente. É deste período em que Celso Furtado, primeiro gestor do órgão, aponta as origens da desigualdade na região: concentração de terras nas mãos de poucos; falta de trato com as particularidades regionais; e baixa densidade tecnológica e produtiva (CAMPOS, 2014).

Na atualidade, o debate é marcado por uma nova interpretação das causas da pobreza e subdesenvolvimento da região do Nordeste Brasileiro. Neste sentido, o debate se desloca da seca como agente estruturante, para o combate à pobreza; manejo e combate à desertificação; e proteção e gestão dos bens hídricos. Destacam-se, também, no primeiro decênio do Século XXI, um conjunto de programas sociais que visavam fornecer renda (Bolsa Família e Seguro Safra) e acesso à água a populações vulneráveis, especialmente no interior dos estados do Nordeste (Água para Todos) (CAMPOS, 2014).

Mesmo sob influência do pensamento do desenvolvimento sustentável (SACHS, 2000), boa parte das políticas públicas repetem e perpetuam o pensamento que a causa da seca e da miséria no semiárido brasileiro se dá em função da ausência de obras hídricas. Deste modo, obras como a Transposição do Rio São Francisco mantêm-se no imaginário político de que uma obra, em um programa governamental, pode redesenhar o ecossistema e prover todo tipo de

melhoria possível, desconsiderando particularidades regionais, locais e toda a dinâmica complexa inserida nesse conjunto de arenas dentro do território.

Logo, além de várias dimensões ficarem em segundo plano (social, cultural, ambiental, etc.), questiona-se se a variável tecnocrata, que garante legitimidade à ação, realmente está dotada de laudos técnicos que possibilitem conhecer de fato o problema público e o quão efetivo é a solução deliberada pelo corpo político. Reitera-se, portanto, o pensamento de Bacelar (2003) – a deliberação da política pública é antes de tudo uma decisão política: será por meio da compreensão, interesse e da ótica do gestor que possibilidades irão surgir, sejam elas efetivas ou não.

2.1 Da Sociedade Civil para o Estado: o Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC) e sua inserção no Programa Água para Todos

Difícilmente uma política pública segue um rito linear, pois há variáveis das mais diversas naturezas que orbitam diante de sua idealização. Para fins didáticos, foi criado o ciclo da política pública, e seu objetivo é tentar elucidar as possíveis etapas do processo de criação da política pública, mesmo tendo ampla anuência de que há processos internos e externos que extravasam as capacidades do ciclo (SECCHI, 2013).

Cada autor possui uma abordagem distinta, mas essencialmente o ciclo é formado por 5 etapas: a) a formação da agenda; b) formulação da política pública; c) processo de tomada de decisão; d) implementação; e e) avaliação (WU et al, 2014). E aqui, faz-se uma importante ressalva: para além do desejo político ou ideológico, a concretização da política está ligada diretamente à capacidade de grupos de interesse influenciarem a agenda política.

Sendo os problemas públicos superiores à capacidade de solução, apenas um pequeno número de problemas é selecionado e alocado na agenda – instrumento que congrega os problemas entendidos como “relevantes” pela gestão (SECCHI, 2013). Deste modo, a formulação da agenda pode ser compreendida também como uma corrida entre agentes dos mais diversos setores (Sociedade Civil, Mercado e Estado) com o objetivo de instituir suas pautas na agenda política.

Contextualizando os conceitos, o final da década de 1990 foi marcada pelo surgimento de iniciativas como a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), organização do terceiro setor que desenvolveu o Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC). Esta detinha como objetivo a construção de um milhão de cisternas para famílias do meio rural no semiárido

brasileiro (CAMPOS & SALES, 2014). Influenciados pelo paradigma do desenvolvimento endógeno, marcado pela capacidade de a sociedade conduzir seu próprio desenvolvimento, mobilizando seus fatores produtivos e potencial interno (PASSADOR e PASSADOR, 2010), a ação se deu de forma difusa, porém com pouca efetividade.

Apenas em 2003, a ação tornara-se parte da política de segurança alimentar do Governo Federal, sendo uma das ações do Programa Fome Zero, desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Anos depois, em 2011, era lançado o Plano Brasil sem Miséria (PBM) e nele se instituía o Programa Água para Todos (CAMPOS & ALVES, 2014).

3. O PROGRAMA ÁGUA PARA TODOS E A INSERÇÃO DAS CISTERNAS DE POLIETILENO

O Programa Água para Todos nasce da institucionalização do P1MC da organização do terceiro Setor ASA e tem sua escala aumentada após adentrar ao PBM. No plano, o objetivo era claro: promover o acesso universal à água na zona rural, especialmente no semiárido brasileiro como instrumento de superação da extrema pobreza da região (CAMPOS & ALVES, 2014).

Para atender a meta definida de 750 mil famílias no semiárido durante o período de 2011 a 2014, iniciou-se um conjunto de forças tarefas interinstitucionais, coordenadas pelo MDS, nos setores de segurança alimentar, infraestrutura hídrica e meio ambiente; além de um trabalho descentralizado com Estados-Membros, Municípios e entidades da Sociedade Civil (CAMPOS & ALVES, 2014).

Do quantitativo de famílias com atendimento previsto, 450 mil eram com cisternas de placa, que historicamente têm possuído êxito nas instalações no Nordeste Brasileiro, e 300 mil de polietileno. A cisterna de placa de cimento, como segue a imagem 01, fica enterrada no solo aproximadamente dois terços da sua altura. A produção de placas é bastante simples e acessível, pois os recursos e instrumentos necessários são encontrados em qualquer comércio que trabalhe com material de construção (GNADLINGER, 1997).

Imagem 01: cisterna de placa de cimento construída pelo P1MC.



Fonte: ASA (2015).

Dentre as principais vantagens, destaca-se que todo o material necessário é de fácil acesso e disponibilidade; pode ser construído em um curto tempo; possuem baixo custo de produção; e como boa parte da cisterna fica abaixo do solo, a água mantém-se fresca. Quanto às desvantagens, a construção requer pedreiros qualificados: caso mal instalada ou construída, podem apresentar fissuras e, conseqüentemente, a perda da água; não é possível detectar vazamentos na parte subterrânea; entre a fabricação da placa e o levantamento das paredes é necessário aguardar três semanas para que o concreto possa estabilizar o necessário; e é impossível, na maioria das vezes, realizar algum conserto no seu vazamento (GNADLINGER, 1999).

Quanto à inserção das cisternas de polietileno na política pública, deu-se sob o argumento, segundo membros do MDS, de que eram de fácil implementação e manuseio devido sua rápida instalação (BRASIL, 2011). Esse tipo de cisterna, como se observa na imagem 02, é composta de um material industrializado que permite a segurança de isolamento total da água, entretanto, é um instrumento que gera controvérsias: por necessitar apenas de uma instalação hidráulica e por ser mais cara que as convencionais, torna-se uma concorrente dos moradores que vivem em função da construção de cisternas (MOURA,2017).

Imagem 02: cisternas de polietileno instaladas no perímetro rural.



Fonte: Prefeitura de Coração de Maria (2014).

A ASA, bem como outras organizações do terceiro setor, apontam que as cisternas além de serem mais caras (cerca de R\$ 5.000,00, contra R\$ 2.200,00 do modelo de placa), não geram renda, já que não são construídas na localidade. O MDS, mesmo tendo conhecimento desta variável, manteve o entendimento que apenas assim alcançaria a meta de 750 mil cisternas até 2014 (ASA, 2013).

As cisternas são mais eficientes quanto à instalação (apenas 2 dias), porém não são projetadas para as chuvas e muito menos para as temperaturas elevadas do sertão: há casos em que as cisternas sofreram deformações e tiveram que ser substituídas, como aponta a imagem 03. A empresa responsável diz já ter corrigido as falhas dos materiais (ASA, 2013).

Imagem 03: cisterna de polietileno deformada em virtude das elevadas temperaturas.



Fonte: Uol Notícias (2012)

Além disso, há indícios que a elevada temperatura e a exposição ao sol tem feito o polietileno (em virtude da cor escura do material) absorver bastante o calor. Como principal consequência, ocorre a migração de substâncias do polietileno para a água armazenada, como o formaldeído e acetaldeído: substâncias com propriedades carcinogênicas (MOURA, 2017).

Desde o início da política em 2011, o Programa Água para Todos tem se afastado da proposta inicial do PIMC de cisternas artesanais. Ademais, é notória a elevada concentração de renda nas indústrias que produzem esses bens, sinalizando para um possível grupo de interesse capaz de exercer influência sobre grupos políticos e entidades governamentais em prol de privilégios e prioridades (MANCUSO & GOZETTO, 2018).

O Programa Água para Todos foi coordenado pelo Ministro da Integração Nacional (MI). O processo de compra pública, responsável por deliberar quais empresas forneceriam cisternas para seis estados, foi realizado pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF). Na ocasião, o processo ocorreu pelo irmão do ministro do MI.

Este último fora demitido um ano depois das descobertas de beneficiar a empresa Acqualimp na cidade de Petrolina, base eleitoral da família, com um contrato estimado em quase R\$ 600 milhões na obtenção de 187 mil cisternas (valor três vezes superior à quantidade instalada desde 2011) (O GLOBO, 2012).

Apesar da anulação da licitação, a empresa continuou a ser a de maior expressividade no programa do governo. Dalka Brasil, nome fantasia de Acqualimp, e pertencente ao grupo mexicano Rotoplas, é a maior fornecedora do Programa Água para Todos. Assim que obteve os principais contratos para fabricar cisternas, a Acqualimp abriu uma unidade em Petrolina, Pernambuco. Ela consiste em uma empresa de capital aberto com ações na bolsa de valores do México, pioneira e líder mundial na fabricação de reservatórios rotomoldados e está presente em 12 países.

Anos depois o conglomerado já possuía sede em mais de 7 municípios no Nordeste, estando responsável por 14.228 cisternas de polietileno, apenas no Ceará, segundo o cronograma do Programa Água para Todos (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2013).

Em termos exemplificativos, levando em conta que uma cisterna de polietileno chegaria a custar R\$ 5.000,00, e que cada cisterna mantém uma família de 5 pessoas por 8 meses, temos que, apenas no Ceará, a Acqualimp, faturou um montante equivalente a R\$ 71.140.000,00 (setenta e um milhões e cento e quarenta mil reais), estando este valor concentrado na sua sede

fábrica, e, por se tratar de uma multinacional, o valor mais expressivo retornará à sede do conglomerado (México).

Caso o mesmo valor fosse aplicado às cisternas de placa, e, estabelecendo que seu preço é de aproximadamente R\$ 2.200,00, o seu custo final seria de R\$ 31.301.600,00 (trinta e um milhões e trezentos e um mil e seiscentos reais), quantia inferior à metade do custo das cisternas de polietileno. Além disso, há uma peculiaridade bastante expressiva: como os recursos são fruto de repasses do governo para uma organização não governamental (ONG), e o material é comprado na localidade que será beneficiada, bem como a mão de obra para a construção das cisternas, todo o fluxo econômico permanece no território, estimulando uma dinâmica endógena local.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As intervenções públicas no semiárido brasileiro não são recentes, mas trazem historicamente as características de serem ações imediatistas, descontinuadas e não estruturantes. São marcadas ainda pelo reducionismo do paradigma de combate à seca, fazendo-se crer que todas as desigualdades e dificuldades para o alcance do desenvolvimento se resumem à um recurso natural (água), ao invés da integração sistemática do ecossistema e a trajetória histórica do Nordeste Brasileiro.

Dentre as intervenções mais recentes e de grande relevância, a distribuição de cisternas por meio do Programa Água para Todos tem possibilitado melhoria na qualidade de vida dos habitantes das regiões afetadas pela seca, legitimando-se como política de convivência com o semiárido. No entanto, a escolha de inserção de cisternas de polietileno por empresas multinacionais, revelam o retorno à velha perspectiva de “combate à seca” em detrimento da tecnologia social e sustentável das cisternas de placa, sendo estas convergentes com o paradigma da convivência com o semiárido. As cisternas de placa se destacam ainda pelo desenvolvimento da economia local, estímulo à economia solidária, e o sentimento de integração e pertencimento comunitário.

A escolha das cisternas de polietileno pelo MDS revela a desmobilização e consequentemente a fuga da proposta original promovida pelo P1MC, distanciando-se do entendimento de desenvolvimento local e sustentável. Além de expor os beneficiários aos riscos do material (polietileno) - que não é preparado para as altas taxas de insolação - liberando substâncias cancerígenas na água.

Nesse sentido, embora tenha alcançado resultados em termos quantitativos, a política das cisternas de polietileno não promove qualitativamente as melhorias propostas, alimentando ainda o velho paradigma de combate à seca, desconectado do território e das causas estruturais. Além de, em um breve futuro, possivelmente se tornará o principal epicentro para a justificativa das elevadas taxas de câncer nas zonas rurais no Nordeste Brasileiro. Por fim, a superação do desigual desenvolvimento do semiárido nordestino deve partir da melhor compreensão sobre o próprio semiárido, articulando seus saberes, sua população, seu ecossistema e a integração sistemática de todos no território.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASA. **Imagem da cisterna de placa de cimento que guarda água da chuva construída através do P1MC.** 2015. Disponível em: < http://www.asabrasil.org.br/noticias?artigo_id=9127 > Acessado em: 01 de dezembro de 2018.

ASA. **Governo substitui cisternas de cimento por plástico e causa impasse na população sertaneja.** 2013. Disponível em: < <http://www.asabrasil.org.br/26-noticias/ultimas-noticias/1324-governo-substitui-cisternas-de-cimento-por-plastico-e-causa-impasse-na-populacao-sertaneja> > Acessado em: 09 de abril de 2018.

BACELAR, Tânia. **As Políticas Públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios.** Políticas Públicas e Gestão. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BRASIL. **Água para todos supera metas de instalação de cisternas.** 2015. Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2015/01/agua-para-todos-supera-meta-de-instalacao-de-cisternas> > Acessado em: 31 de março de 2018.

_____. **Programa Água para Todos.** 2011. Disponível em: < <http://www.integracao.gov.br/web/guest/entenda-o-programa> > Acessado em: 31 de março de 2018.

CAMPOS, José Nilson B. **Secas e políticas públicas no semiárido: ideias, pensadores e períodos.** Estudos Avançado. 28 (82), 2014.

DE CAMPOS, Arnoldo; ALVES, Adriana Melo. **O programa água para todos: ferramenta poderosa contra a pobreza.** 2014.

GNADLINGER, João. Apresentação técnica de diferentes tipos de cisternas construídas em comunidades rurais do semiárido brasileiro. **Simpósio sobre captação de água de chuva no semiárido brasileiro**, v. 1, 1997.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **Fábrica de cisternas de polietileno se instala no Ceará.** 2013. Disponível em: < <http://www.sda.ce.gov.br/index.php/latest-news/44771-fabrica-de-cisternas-de-polietileno-se-instala-no-ceara> > Acessado em: 09 de abril de 2018.

KHAN, Ahmad Saeed et al. Efeito da seca sobre a produção, a renda e o emprego agrícola na microrregião geográfica de Brejo Santo e no estado do Ceará. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 36, n. 2, p. 242-262, 2005.

MANCUSO, Wagner Pralon; GOZETTO, Andréa Cristina Oliveira. **Lobby e políticas públicas.** Editora FGV, 2018.

MOURA, Thamires de Oliveira. **Investigação da presença de contaminantes na água da chuva armazenada em cisternas de polietileno em comunidades rurais do município de são domingos, semiáridos da Bahia.** Dissertação (Mestrado). Mestrado em Engenharia Ambiental Urbana. Universidade Federal da Bahia, Escola Politécnica, 2017.

O GLOBO. **Cisternas sob suspeita suspende pregão.** 2012. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/brasil/cisternas-sob-suspeita-tcu-suspende-pregao-de-600-milhoes-9767329> > Acessado em: 09/04/2018.

PASSADOR, Claudia Souza; PASSADOR, João Luiz. Apontamentos sobre as políticas públicas de combate à seca no Brasil: cisternas e cidadania? **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 15, n. 56, 2010.

SACHS, Ignacy. **Caminho para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** São Paulo: Cengage Learning, 2013.

UOL NOTÍCIAS. **Mais caras, cisternas de plástico doadas pelo governo deformam no semiárido e são alvo de críticas.** 2012. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/03/18/mais-caras-cisternas-de-plastico-doadas-pelo-governo-deformam-no-semiarido-e-sao-alvo-de-criticas.htm> > Acessado em: 01 de dezembro de 2018.

WU, Xun. RAMESH, Michael Howlett. FRITZEN, Scott. **Guia de políticas públicas: gerenciando processos.** Traduzido por Ricardo Avelar de Souza. – Brasília: ENAP, 2014.